

**A TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA E A CATEGORIA ESTADO
DEPENDENTE**

**LA TEORÍA MARXISTA DE LA DEPENDENCIA Y LA CATEGORÍA ESTADO
DEPENDIENTE**

**THE MARXIST DEPENDENCY THEORY AND THE CATEGORY OF
DEPENDENT STATE**

DOI: <http://doi.org/10.9771/gmed.v16i2.59406>

Maíra Machado Bichir¹

Resumo: No artigo me proponho a sistematizar um conjunto de reflexões que emergem a partir da Teoria Marxista da Dependência sobre os Estados latino-americanos, avançando na construção da categoria Estado dependente. Nesse caminho, pretendo lançar luz sobre as contribuições de Vânia Bambirra, Theotônio dos Santos, Ruy Mauro Marini e Jaime Osorio para identificarmos as particularidades que conformam tais Estados, bem como sobre o papel do Estado na reprodução das relações de dependência. Por fim, tecerei alguns apontamentos a respeito da categoria Estado dependente, atentando para a necessidade de incorporação das dimensões patriarcal e étnico-racial como estruturantes a esse Estado.

Palavras-chave: Estado. Dependência. América Latina. Marxismo. Poder.

Resumen: En el artículo me propongo a hacer una sistematización de un conjunto de reflexiones desde la Teoría Marxista de la Dependencia acerca de los Estados latinoamericanos, avanzando en la construcción de la categoría Estado dependiente. Bajo ese camino, destaco las contribuciones de Vânia Bambirra, Theotônio dos Santos, Ruy Mauro Marini y Jaime Osorio con el fin de identificar las particularidades de esos Estados, así como el rol del Estado en la reproducción de las relaciones de dependencia. Finalmente, planteo algunos apuntes respecto a la categoría Estado dependiente, resaltando la necesidad de incorporar las dimensiones patriarcal y étnico-racial como estructurantes a ese Estado.

Palabras clave: Estado. Dependencia. América Latina. Marxismo. Poder.

Abstract: In this paper, I propose to systematize a set of reflections that emerge from Marxist Dependency Theory on Latin American states, advancing the construction of the dependent state category. With this, I aim to shed light on the contributions of Vânia Bambirra, Theotônio dos Santos, Ruy Mauro Marini, and Jaime Osorio to identify the particularities that shape these states, as well as the role of the state in reproducing relations of dependence. Finally, I will make a few notes on the category of dependent state, paying attention to the need to incorporate the patriarchal and ethnic-racial dimensions as structuring factors of this State.

Keywords: State. Dependency. Latin America. Marxism. Power.

Introdução

O presente artigo se dedica a analisar o lugar dedicado à reflexão sobre o Estado nos países dependentes latino-americanos nas obras de Vânia Bambirra, Ruy Mauro Marini e Theotônio dos Santos, fundadores da Teoria Marxista da Dependência (TMD), incorporando, ademais, as contribuições de Jaime Osorio, um dos principais representantes da TMD atualmente, quem ao mesmo tempo em que reivindica o legado construído pela primeira geração da TMD, enriquece, atualiza e complexifica o arcabouço teórico elaborado por aqueles autores.

No que tange aos escritos de Marini, Bambirra e Dos Santos, concentro-me particularmente no período que vai de 1965 e 1979, uma vez que é nesse interregno que se situam as principais formulações desses autores sobre a problemática da dependência, formulações essas que edificaram uma visão acerca do desenvolvimento capitalista nos países latino-americanos e que nos permitem situá-las/situá-los em uma mesma corrente de pensamento. Na primeira seção, entretanto, recorro a obras posteriores a essa periodização para traçar alguns apontamentos acerca de suas concepções de Estado, bem como sobre as fontes que as sustentam.

Já em relação à obra de Jaime Osorio, o foco é sua produção a partir de 2004, quando da publicação de sua obra *El Estado en el centro de la mundialización*², referência imprescindível para a compreensão de suas reflexões sobre o Estado, até os seus escritos mais recentes, nos quais vislumbramos suas formulações mais sistemáticas sobre o Estado dependente. Cumpre ressaltar que a incorporação de Jaime Osorio se deve ao fato de tal autor representar a principal referência no campo da TMD na produção teórica sobre a temática do Estado, tendo desenvolvido uma análise original e sofisticada dos nexos entre Estado e dependência na América Latina³ ao longo de sua trajetória intelectual.

O artigo está estruturado em três seções, a primeira, dedicada à conceituação do Estado na ótica das/dos autores estudadas/estudados, e apresentação das fontes que orientam tais concepções. Seguidamente, recupero algumas das principais contribuições de Bambirra, Marini, Dos Santos e Osorio à análise dos Estados latino-americanos, e à conformação da categoria Estado dependente, e destaco a imprescindibilidade de tal categoria à compreensão da própria dependência como fenômeno articulador da nossa realidade social, e das relações de dominação, exploração e opressão que conformam as formações sociais dependentes. Na última seção, aponto alguns caminhos dessa pesquisa em construção, que abrangem uma investigação mais detida em torno do colonialismo, do patriarcado e da escravização que tiveram lugar na América Latina, e que estruturaram o Estado dependente.

Fontes e fundamentos das concepções de Estado da Teoria Marxista da Dependência

Assim como o núcleo teórico de suas análises sobre a dependência encontra seus fundamentos no materialismo histórico e dialético, sobretudo na teoria do valor-trabalho de Marx e

na teoria do imperialismo de Lênin, as concepções de Estado de Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra, Theotônio dos Santos e Jaime Osorio estão ancoradas nas formulações marxistas sobre o Estado, que destacam como aspecto central seu caráter de classe. O debate marxista sobre o Estado constitui um campo de pesquisa bastante abrangente e amplo, na medida em que perpassa os escritos de Marx e de Engels; de autores marxistas “clássicas/clássicos” como Lênin, Luxemburgo, Trotsky, Gramsci; o debate da década de 1970 entre Nicos Poulantzas e Ralph Miliband, o qual se tornou conhecido pela insígnia “instrumentalismo versus estruturalismo”; o debate derivacionista do Estado, com Joachim Hirsch, Margareth Wirth, Elmar Altvater, entre outras/outros autores; a abordagem relacional-estratégica de Estado, de Bob Jessop – discussões já bastante difundidas no âmbito dos estudos marxistas.

Há, ademais, um vasto campo pouco explorado sobre a problemática do Estado, qual seja, a produção marxista sobre o tema nos países denominados “periféricos”, dentre os quais, a título de exemplo, mencionam-se algumas/alguns de suas/seus representantes latino-americanas/latino-americanos, como René Zavaleta Mercado, Pablo González Casanova, Marcos Kaplan, Mabel Thwaites Rey, Atilio Boron, Décio Saes, Angelita Matos Souza, entre outras/outros, que ofereceram contribuições valiosas à compreensão do Estado capitalista. Busco enfatizar, com isso, que as contribuições desses autores não se restringem às especificidades dos Estados latino-americanos, devendo, portanto, ser entendidas como partes dessa ampla tradição marxista de estudos sobre o Estado capitalista.

Ao dirigirmos nossa atenção para o conjunto da obra de Bambirra, Dos Santos e Marini, é possível afirmar que suas concepções de Estado estão assentadas primordialmente nos escritos de Lênin, que em *O Estado e a revolução* recupera as passagens de Marx e Engels sobre o Estado e as integra em sua reflexão, relacionando-as ao problema da revolução. Em um debate explícito com as/os teóricas/teóricos e dirigentes marxistas de seu tempo, o dirigente russo discute o caráter do Estado, seu papel na luta de classes, e suas transformações durante o processo revolucionário, na passagem do capitalismo para o socialismo e deste para o comunismo. Ao se contrapor à tese de que o Estado consistiria em um órgão de conciliação de classes, Lênin defende que a ideia fundamental do marxismo acerca do papel do Estado reside justamente na constatação de que ele é o produto e a manifestação de que as contradições de classes são inconciliáveis (LÊNIN, 1974 [1917], p. 09). É desse reconhecimento, já presente em Marx e Engels, que emerge o entendimento de Lênin sobre o lugar do Estado no processo revolucionário:

[...] se o Estado nasce pelo facto das contradições das classes serem inconciliáveis, se ele é um poder que se situa **acima** da sociedade e que ‘se lhe torna **cada vez mais estranho**’, é evidente que a emancipação da classe oprimida é impossível, não só sem uma revolução violenta, **mas ainda sem a supressão** do aparelho do poder do Estado que foi criado pela classe dominante e no qual se materializou aquele caráter ‘estranho’ (LÊNIN, 1974, p. 10, grifos originais).

Nesse sentido, Lênin se vale dos escritos de Marx sobre a Comuna de Paris – “[...] primeira tentativa feita pela revolução proletária para **destruir** a máquina de Estado burguesa; [...] forma

política ‘por fim encontrada’ pela qual se pode e se deve **substituir** aquilo que foi destruído” (LÊNIN, 1974, p. 64, grifos originais) – para reafirmar a necessidade de abolição do Estado. Embora já estivessem presentes em Marx e Engels alguns apontamentos sobre o desaparecimento do Estado, foi Lênin quem os elaborou de maneira mais sistemática.

Lênin discorre sobre o processo de tomada do poder do Estado como sendo o momento central da estratégia revolucionária do Partido político e da classe operária, enfatizando, ademais, o lugar do Estado na transição do capitalismo para o socialismo e para o comunismo⁴, tendo como referência os escritos de Marx em *Crítica do Programa de Gotha* (2012 [1875]). É precisamente nessa chave analítica, de compreensão e transformação da realidade que as/os autores da TMD também entendem o Estado, já que estão orientadas/orientados por suas práxis políticas de militância em partidos políticos de esquerda e engajadas/engajados na luta revolucionária, como foi a experiência compartilhada pelas/pelos três autores na construção da Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (ORM-POLOP), no Brasil, e seguidamente, durante o exílio no Chile, seja no *Movimiento Izquierda Revolucionaria* (MIR), no caso de Marini, seja no Partido Socialista Chileno, ao qual Dos Santos se filiou, ou mesmo na militância política independente protagonizada por Bambilra durante sua estadia naquele país.

A discussão acerca do Estado na obra das/dos três autores não se circunscreve aos seus escritos sobre a dependência. Nos escritos de Bambilra, o tema do Estado ganha destaque em seu livro *A teoria marxista da transição e a prática socialista* (1993), produto de sua pesquisa sobre o pensamento marxista clássico, durante o período de exílio no México. Nessa obra, a autora revisita os escritos de Marx, Engels e Lênin, bem como de outros autores marxistas, referindo-se, entre outros pontos, à questão do Estado, elemento central no debate em torno da construção do socialismo⁵. Nesse sentido, Bambilra recupera as concepções de tais autores sobre o Estado, sobre sua estrutura e caráter no capitalismo, sobre seu lugar no processo de transição socialista e durante a ditadura do proletariado, e sobre a necessidade de destruição do aparelho estatal burguês. Para tal estudo, a autora se valeu de seu profundo conhecimento da obra leniniana, já evidenciado em *La estrategia y táctica socialistas de Marx y Engels a Lenin* (1980), obra em dois tomos, escrita em co-autoria com Theotônio dos Santos.

Apoiada em *Crítica do programa de Gotha* (2012 [1875]), de Marx, e *Anti-Dühring* (2015 [1878]), de Engels, a autora sublinha o caráter de classe do Estado e a impossibilidade de que este se constitua como “representante efetivo de toda a sociedade” (BAMBIRRA, 1993, p. 51). Ao mesmo tempo, pontua o caráter transitório do Estado proletário e sua extinção no comunismo, elementos já presentes nos escritos dos pensadores alemães, os quais ganham maior desenvolvimento na obra de Lênin. Como já antecipei, são, sobretudo, as formulações de Lênin, que orientam a perspectiva de Bambilra sobre o Estado, autor cuja contribuição teria fundamentado “[...] em definitivo a teoria da transição socialista” (BAMBIRRA, 1993, p. 10).

Na segunda parte do livro, na qual Bambirra empreende um estudo das *Obras completas* (1981 [1955-1965]) de Lênin, reconstituindo sua teoria do socialismo, a autora resgata importantes discussões do dirigente russo acerca do Estado, especialmente no capítulo intitulado *O Estado e as classes sociais na transição socialista*, no qual trata das continuidades e das mudanças no próprio aparelho estatal durante o processo de transição, das novas relações de dominação e das novas alianças de classe que se instauram a partir da ditadura do proletariado, do papel da burocracia nesse interregno e das noções de ditadura democrática e democracia ditatorial, atribuídas ao regime socialista.

Para além dessas reflexões, reproduzo aqui uma passagem bastante elucidativa de Bambirra sobre a relevância da compreensão do caráter do Estado na práxis revolucionária:

Não é possível compreender uma sociedade e menos ainda tentar atuar nela com o objetivo de transformá-la, sem que se consiga equacionar corretamente o caráter do Estado, vale dizer, qual é a classe social dominante que possui a hegemonia do poder estatal, quais são os seus aliados, em suma, qual é o projeto que estas oferecem ou impõem ao conjunto da Nação. Este é o requisito preliminar de qualquer atuação política, a base para a elaboração de toda e qualquer concepção estratégico-tática de transformação social. Quando a caracterização do Estado é feita de forma incorreta as propostas políticas que dela decorrem só podem resultar em profundos equívocos que não poderão abrir novos caminhos de intervenção e transformação da realidade viva, mas, ao contrário, tenderão ou a consolidar a situação existente, ou a produzir alternativas inviáveis (BAMBIRRA, s.d., online).

No caso de Theotônio dos Santos, a temática do Estado está presente em diversos de seus escritos, seja em suas análises sobre o fortalecimento do capitalismo monopolista de Estado ao longo do século XX, seja em suas reflexões sobre o fascismo, que perpassaram grande parte de sua produção teórica. Remontando às fontes que orientam sua compreensão sobre Estado, assumo, pela leitura principalmente de *La estrategia y táctica socialistas de Marx y Engels a Lenin*⁶, que além desses autores que dão título à obra, Dos Santos também se apoiava nas elaborações de Rosa Luxemburgo sobre o Estado. Nessa obra, o autor recupera a relevância que a experiência da Comuna de Paris teve para Marx e Engels no que tange à compreensão tanto da necessidade de destruição do Estado, quanto do caráter do novo Estado socialista e afirma, ao lado de Bambirra, que a ditadura do proletariado orientava-se pela necessidade “[...] de destruir el poder económico, político, militar e ideológico de la burguesía y por la necesidad de construir las bases de la nueva sociedad” (BAMBIRRA; DOS SANTOS, 1980, p. 13).

Ao mesmo tempo, o autor dedica um item à crítica de Rosa Luxemburgo ao revisionismo, nos marcos dos debates da Segunda Internacional, chamando atenção, sobretudo, para sua concepção de Estado. O autor se centra na crítica de Luxemburgo a Eduard Bernstein em *Reforma ou Revolução* (1990 [1900]), e mais especificamente em sua oposição ao reformismo como estratégia do partido social democrata alemão. Recuperando uma das ideias chaves de Luxemburgo sobre o Estado, qual seja o fato de ser uma organização da classe dominante, Dos Santos afirma que o parlamentarismo e a extensão da democracia poderiam produzir reformas no Estado burguês, sem, contudo, alterar seu caráter de classe (BAMBIRRA; DOS SANTOS, 1980, p. 141). Nesse sentido, o autor resgata a

centralidade atribuída por Luxemburgo à conquista do poder do Estado pelo proletariado na luta revolucionária, e afirma:

Rosa muestra que, por más radical que se presente, esta lucha [por las reformas] permanece en los marcos del sistema existente. La revolución social no puede ser el producto de una suma de reformas, pues sus contenidos son opuestos, a pesar de ser dialécticamente complementarios. Las reformas a un orden social existente están necesariamente en los marcos de este orden; sólo la revolución, con un cambio radical del Estado y del orden social, puede iniciar una etapa distinta de reformas que desarrollan el orden impuesto por la revolución (BAMBIRRA; DOS SANTOS, 1980, p. 142).

Para além dessas influências, vale sublinhar a referência feita por Dos Santos em *Tendencias del capitalismo contemporáneo* a respeito da renovação pela qual passou a Teoria do Estado, na qual cita o debate entre Nicos Poulantzas e Ralph Miliband que teve lugar na *New Left Review*, do qual Ernesto Laclau também participou; a coletânea de Heinz Rudolf Sonntag e Héctor Valecillos, *El Estado en el capitalismo contemporáneo*; as discussões ocorridas no âmbito do grupo vinculado à revista *Kapitalistate*, nos Estados Unidos, e a obra de um de seus representantes, James O'Connor, *La crisis fiscal del Estado*; e Paul Mattick, com o livro *Marx y Keynes* (DOS SANTOS, 2015a [1973], p. 51). Tal passagem nos permite afirmar que Dos Santos tinha conhecimento dos desenvolvimentos recentes no campo marxista sobre o Estado.

Quanto à definição propriamente de Dos Santos sobre Estado, sublinho uma passagem de *Del terror a la esperanza: auge y decadencia del neoliberalismo*:

El Estado es el instrumento máximo del poder de la clase dominante en un modo determinado de producción y en una formación social determinada. Cuanto más legítimo es este poder, menos se necesita el Estado; cuanto más cuestionado, más se necesita este instrumento de imposición de normas y reglas al conjunto de la población, permitiendo la reproducción de las relaciones de producción dominantes.

Pero el Estado no cumple únicamente esta función soberana de garantía de orden. Tiene que materializar, además, su poder militar y policial.

Históricamente, fue siempre una fuente de poder económico, cumpliendo tareas productivas de contenido social que los poderes privados no logran realizar (DOS SANTOS, 2015b [2007], p. 90-91).

Ainda que tal obra tenha sido publicada muito depois da periodização que aqui privilegio, esse trecho expressa de maneira condensada a concepção do autor sobre o Estado.

Em Marini, por sua vez, encontramos a problemática do Estado em discussões como a transição ao socialismo, a universidade na América Latina, em análises concretas sobre processos políticos no Chile, na Nicarágua, em Cuba, nas quais identificamos referências às formulações marxistas clássicas, críticas a concepções de Estado de outros autores, como é o caso de Louis Althusser, Lelio Bassio, Celso Furtado, bem como formulações próprias de Marini em torno do aparelho estatal. É possível, ademais, a partir de seus escritos e da observação dos programas dos cursos *História mundial econômica I e II*, ministrados na *Universidad Nacional Autónoma de México* (UNAM), em 1980, afirmar que Marini estava familiarizado não apenas com a discussão do Estado nos autores marxistas clássicos – Karl Marx, Friedrich Engels, Vladimir I. Lênin, Antonio Gramsci,

Karl Kautsky e Rosa Luxemburgo, como também com os debates que lhe eram contemporâneos, nas figuras de Louis Althusser, Nicos Poulantzas e Ralph Miliband, que trouxeram novo fôlego ao estudo do Estado sob a ótica do marxismo. De seus escritos, recupero aquela passagem na qual é possível visualizar sua concepção de Estado mais sistemática, por meio da qual Marini lança luz sobre a relação existente entre Estado e poder político, remetendo-se à estrutura e à função do aparelho estatal e pontuando os mecanismos por meio dos quais tal instituição exerce a dominação de classe:

Entendido como capacidad coercitiva, el poder político en la sociedad capitalista lo ejerce la burguesía a través del Estado, con el fin de someter a su explotación de clase a los demás grupos sociales. Es por esta razón que la teoría marxista identifica al Estado con el aparato burocrático-represivo representado por el gobierno, la burocracia, los tribunales, las prisiones, la policía, las fuerzas armadas. Esa expresión material del poder burgués se completa con el derecho, el cuerpo de normas cuya infracción activa automáticamente al aparato estatal para forzar su cumplimiento e imponer sanciones (MARINI, 1976, p. 92).

Ainda que sua concepção de Estado esteja apoiada majoritariamente nos escritos de Lênin, é na obra de Marini, dentre as/os três autores, que notamos uma maior incorporação dos debates da década de 1960 e 1970 sobre a temática, que pode ser ilustrada através do uso dos conceitos de bloco no poder⁸ e autonomia relativa do Estado⁹, forjados por Poulantzas; da definição de sistema de dominação, conceito utilizado por Marini para discutir o exercício do poder político em contraponto às concepções de Estado integral, proposta por Gramsci, e à formulação de Althusser, de aparelho ideológico de Estado, as quais, segundo Marini, acabam diluindo aquilo que confere especificidade ao aparelho estatal, qual seja sua dimensão coercitiva; e do reconhecimento da importância assumida pelo direito burguês na produção de ideologia e no exercício da dominação de classe no capitalismo, aspecto que é ressaltado por Poulantzas ao analisar o efeito de isolamento¹⁰ provocado pela estrutura jurídico-política.

Embora a temática do Estado perpassasse as obras das/dos três autores, em nenhuma delas tal debate alcançou a centralidade e o grau de sistematização daquele conferido por Jaime Osorio em sua produção intelectual. É no bojo de suas reflexões que se encontra o desenvolvimento mais avançado da problemática do Estado no campo da Teoria Marxista da Dependência. Até mesmo um olhar superficial e apressado sobre o conjunto de sua obra, através dos títulos de seus artigos e livros, já é suficiente como um indicativo desse fato. Além de vários artigos trazerem “Estado” no título (OSORIO, 1983; 2017a; 2017b; 2018), o autor dedicou três de seus livros precisamente à análise do Estado, sendo eles *El Estado en el centro de la mundialización* (2004); *Estado, biopoder, exclusión* (2012); *Estado, reproducción del capital y lucha de clases* (2014a). Avançando em uma investigação mais profunda de sua trajetória como pesquisador, observamos que a questão do Estado e do poder político sempre esteve presente como uma de suas principais preocupações, tanto do ponto de vista teórico-metodológico, quando Osorio reivindica a indissociabilidade entre economia e política na análise da realidade sob a ótica marxista, quanto da perspectiva político-estratégica, por compreender o Estado como centro do poder político, e, portanto, determinante na luta revolucionária pela destruição do capitalismo e das relações de exploração e dominação a ele subjacentes.

Em suas reflexões sobre o Estado, Osorio mobiliza inúmeras fontes - recupera os aportes de Marx, Engels, Lênin, Gramsci, Althusser, Poulantzas, Miliband, Hirsch; contesta as perspectivas contratualistas, pluralistas e elitistas sobre Estado e poder; problematiza aspectos da concepção weberiana de Estado, da concepção foucaultiana de poder; refuta algumas teses que ganharam força na década de 2000, no auge do debate sobre a globalização, segundo as quais o Estado havia perdido centralidade, e mesmo relevância frente às transformações mundiais; e incorpora discussões que permearam o pensamento latino-americano, estabelecendo uma interlocução com autores como Atilio Borón, Norbert Lechner, Guillermo O'Donnell, José Aricó, Enrique Dussel, Edelberto Torres Rivas, além, evidentemente, da Teoria Marxista da Dependência.

O vasto arcabouço teórico integrado nas obras de Osorio permite-nos vislumbrar que sua concepção de Estado é forjada por distintas influências, entretanto, três referências se destacam por se fazerem presentes de maneira orgânica em suas formulações sobre a problemática do Estado, quais sejam, Lênin, Poulantzas e Marini.

Assim como Lênin, Osorio enfatiza que o centro do poder político reside no Estado, atribuindo-lhe, em razão disso, uma importância determinante dos pontos de vista tático e estratégico na luta revolucionária. Para o autor, não há revolução socialista sem a conquista do poder do Estado pela classe trabalhadora. Nesse sentido, é precisamente a práxis leninista que orienta o sentido político dos escritos de Osorio.

No caso de Poulantzas, que se dedicou à construção de uma reflexão sistemática sobre o Estado no conjunto de suas obras, Osorio reconhece a renovação por ele produzida no campo marxista, o que se faz notar na incorporação e reformulação de categorias poulantzianas, como bloco no poder, hegemonia e cena política, no primeiro caso, e como classe reinante, classe mantenedora do Estado, no segundo.

Enquanto em Poulantzas, as classes ou frações reinantes se referem àquelas “[...] cujos partidos políticos se encontram presentes nos lugares dominantes da cena política” (Poulantzas, 1977, p. 244), para Osorio, a classe reinante pode ser definida como “[...] o corpo de funcionários do Estado que ocupam as posições mais altas dentro do aparato de Estado, como: presidentes, ministros de Estado, funcionários de cargos superiores das secretarias e ministérios, autoridades parlamentárias, ministros da Corte, altos comandos militares etc.” (Osorio, 2014b, p. 40). O marxista chileno ainda introduz a categoria classe política, mais ampla que classe reinante, por incorporar além dos funcionários das altas esferas do aparato de Estado, “[...] os altos quadros dos partidos políticos, dos sindicatos e das corporações empresariais, o alto clero que participa da política, diretores de jornais, editorialistas e formadores da opinião pública em geral” (Osorio, 2014b, p. 57).

A classe mantenedora ou detentora do Estado é concebida por Poulantzas, como “[...] a classe ou fração em que se recruta o pessoal político, burocrático, militar, etc., que ocupa as ‘cúpulas’ do Estado” (Poulantzas, 1977, p. 244). Em Osorio, tal categoria não abriga apenas a classe em que

são recrutados os altos funcionários do Estado, mas sim “[...] aquela onde o Estado realiza de forma predominante o recrutamento de seus funcionários” (Osorio, 2014b, p. 42).

É possível, ademais, reconhecer a influência poulantziana na própria definição de Estado de Osorio, que guarda relação com a conceituação elaborada por Poulantzas (1980 [1978]) em *O Estado, o Poder, o Socialismo*¹¹, segundo a qual o Estado é entendido como uma “[...] **condensação material de uma relação de forças entre classes e frações de classe**” (Poulantzas, 1980, p. 147, grifos originais). Apresento aqui duas formulações de Osorio, nas quais sua definição de Estado fica evidente:

[...] para nós, o Estado é muito mais do que dominação de classes. Mas é essencialmente dominação de classes. O Estado é muito mais do que a **condensação de relações de poder**, mas é fundamentalmente a principal **condensação das relações de poder**. O Estado é muito mais do que as relações que conformam uma comunidade, mas é essencialmente uma comunidade, porém ilusória. Enfim, o Estado é muito mais do que coerção. Mas é principalmente violência concentrada (OSORIO, 2014b, p. 17, grifos meus).

[...] esta noción [de Estado] conjuga al menos tres procesos: las relaciones de poder y dominio donde intereses de agrupamientos humanos clasistas prevalecen sobre otros; las relaciones mando-obediencia que dan cuenta de las condiciones y modalidades que permiten que quien(es) ordena(n) encuentre(n) obediencia, porque quienes reciben órdenes reconocen en los primeros el derecho a mandar; y los referidos a la constitución de comunidad, que en condiciones de sociedades fracturadas, por la presencia de clases, no puede sino ser ilusoria (OSORIO, 2012, p. 38).

Assim como Lênin e Poulantzas, a presença de Marini também se faz notar de maneira contundente nos escritos de Osorio, tendo em vista que o autor constrói suas análises sobre a realidade latino-americana em permanente interlocução com as formulações de Marini. Suas reflexões sobre a dependência, consubstanciadas, sobretudo, em *Dialética da Dependência* (1973), suas categorias de superexploração da força de trabalho, de padrão de reprodução do capital, de subimperialismo, de Estado de contrainsurgência, entre outras, constituem a matéria-prima para a compreensão e explicação de Osorio sobre os Estados no capitalismo dependente latino-americano. E é através principalmente do legado de Marini que a herança da Teoria Marxista da Dependência no pensamento de Osorio pode ser reconhecida, tradição à qual o autor explicitamente se filia.

As distintas influências que dão corpo à concepção de Osorio sobre o Estado, ao mesmo tempo em que evidenciam o caráter coletivo da produção de conhecimento, e a vinculação do autor ao marxismo, não obliteram, em nenhuma medida, a destacada originalidade e criatividade que movem sua obra. Osorio oferece, através de suas análises, novas contribuições à compreensão do Estado no capitalismo e fôlego renovado ao marxismo, fortalecendo e dando visibilidade à rica tradição marxista latino-americana, como sublinharei na seção a seguir.

Aportes da Teoria Marxista da Dependência à categoria de Estado dependente

Nesse momento passamos à discussão sobre o Estado na América Latina, presente nas obras de Marini, Dos Santos, Bambirra e Osorio. Chamarei atenção para algumas das contribuições

da TMD que considero importantes para a caracterização dos Estados dependentes, na medida em que busco avançar na sistematização dessa categoria. Cumpre destacar, contudo, que suas formulações sobre tal problemática ultrapassam, obviamente, o escopo do presente artigo.

Um primeiro ponto a ser sublinhado diz respeito ao marco geral no qual se situa a reflexão de tais autores sobre os Estados latino-americanos, qual seja as relações de dependência sobre as quais se erige uma hierarquia de poder internacional, o que pode ser observado nas definições de Dos Santos e Marini sobre a dependência: “[...] una situación donde la economía de cierto grupo de países está condicionada por el desarrollo y expansión de otra economía, a la cual se somete aquella”¹² (DOS SANTOS, 1973, p. 42), e “[...] una relación de subordinación entre naciones formalmente independientes, en cuyo marco las relaciones de producción de las naciones subordinadas son modificadas o recreadas para asegurar la reproducción ampliada de la dependencia” (MARINI, 1973, online).

Tal problemática já estava esboçada nos escritos de Lênin, principalmente em *Imperialismo, fase superior do capitalismo* (1982 [1917]), que representa um dos pilares essenciais para a construção da Teoria Marxista da Dependência. Nela, o dirigente russo, ao traçar um detalhado diagnóstico da fase imperialista que se consolidava no início do século XX, caracteriza a estrutura de poder mundial, enfatizando a diferenciação entre Estados “rentistas” ou “usurários” e Estados “devedores”. Em um momento de profundas transformações do capitalismo, notadamente a substituição da livre-concorrência pelos monopólios capitalistas, a concretização e domínio do capital financeiro, e a crescente importância assumida pelas exportações de capitais, teve lugar um aprofundamento das contradições entre os Estados capitalistas. Em sua concepção, a fase imperialista teria reforçado as disparidades entre o ritmo de desenvolvimento dos diversos países mundiais, ao mesmo tempo em que teria criado diversas formas transitórias de dependência entre os Estados.

Lênin destaca a exportação de capitais dos países “avançados” para os países “subdesenvolvidos”, como um dos processos característicos dessa nova fase capitalista. Os excedentes de capitais formados nos países “avançados”, provenientes da elevada acumulação de capital nesses países, teriam sido exportados para os países “subdesenvolvidos”, atraídos pelas elevadas possibilidades de lucro, em virtude dos relativamente baixos preços da terra, dos salários e das mercadorias em tais países. Essas exportações de capitais, ao mesmo tempo em que produzem como consequência o desenvolvimento industrial dos últimos, reforçam sua posição como Estado devedor.

No que tange à relação entre imperialismo e dependência, Lênin a identifica na política colonial imperialista. Segundo o autor, o capital financeiro e a política internacional criam diversas formas transitórias de dependência entre os Estados, dentro das quais não estariam incluídos apenas os países colonizadores e suas colônias, mas também semicolônias, descritas por Lênin como países dependentes que “[...] gozando nominalmente de independência política, estão, na prática, presos nas redes de uma dependência financeira e diplomática” (LÊNIN, 1982 [1917], p. 84).

Mesmo que a noção de dependência já estivesse presente nos escritos de Lênin, para descrever as relações de poder entre os Estados na etapa imperialista, é no âmbito da TMD que tal fenômeno adquirirá maior força explicativa, tornando-se determinante para compreender as relações de exploração e dominação subjacentes às formações sociais latino-americanas, o que se explica, em grande medida, pela inauguração de um novo enfoque – a análise da fase imperialista do capitalismo vista sob a ótica dos países dependentes, a partir da categoria teórica da dependência¹³.

Considerando os propósitos desse artigo, avançamos agora propriamente em direção à problemática do Estado dependente nas obras das/dos autores da TMD. Remetendo-nos às obras de Marini, Bamberger e Dos Santos, entre os anos de 1965 e 1979, é possível identificar que o tratamento que a temática do Estado dependente recebe na obra desses autores contrasta com o elevado aprofundamento do qual goza a caracterização do capitalismo dependente latino-americano. Nesse mesmo sentido, destaco a ausência da categoria Estado dependente, presente muito mais como um adjetivo qualitativo do que propriamente como uma categoria em dois escritos de Marini e em uma passagem na obra de Dos Santos¹⁴. Diferentemente da categoria de capitalismo dependente e mesmo de dependência, as/os autores não incorporam a categoria Estado dependente em suas explicações sobre tal fenômeno.

Considero, entretanto, que embora não exista uma elaboração sistemática em torno da categoria de Estado dependente, as/os autores oferecem importantes aportes para compreender o caráter dependente dos Estados latino-americanos, sobretudo a partir de suas considerações sobre a configuração do bloco no poder desses Estados, indicando a posição hegemônica das burguesias imperialistas internacionais e a integração entre os interesses dessas classes e das classes dominantes locais. É precisamente nesse elemento que reside, em minha perspectiva, a principal contribuição desses teóricos marxistas da dependência à caracterização dos Estados dependentes. Ao mesmo tempo em que tal traço permite distinguir entre Estados dependentes e Estados imperialistas, representa uma crítica contundente às pretensões de um desenvolvimento nacional “autônomo” por parte das burguesias latino-americanas, como propugnado pelas ideologias desenvolvimentistas.

No que tange particularmente aos escritos de Vânia Bamberger, embora a autora não faça referência à noção de “Estado dependente”, suas análises aportam importantes contribuições à caracterização do Estado na América Latina. Há elementos elencados pela autora que dizem respeito ao Estado capitalista, como sua autonomia relativa em relação às classes dominantes, à unidade e às contradições entre as frações de classe dominantes, o papel do Estado frente às classes populares, e outros elementos que consistem em características específicas dos Estados latino-americanos, como o lugar ocupado pelo capital estrangeiro no sistema de dominação desses países. A discussão sobre a dependência e sobre a forma como a dependência se manifesta nos países latino-americanos, é feita, por sua vez, a partir da relação entre as classes dominantes dos países dependentes e o imperialismo e de seus impactos na estrutura de poder de tais Estados e na relação com as classes dominadas desses países, por meio da qual a autora acentua a dimensão política da dependência.

Um ponto que nos chama atenção na análise de Bamberger diz respeito ao espaço dedicado em sua obra à configuração e ao exercício do poder político, o qual reflete, em sua concepção, a dominação econômica que estrutura a relação entre as classes sociais nesses países. Fazendo uso do conceito de sistema de dominação, a autora explicita as alianças, as contradições e os conflitos no interior de tal sistema, atentando para as mudanças e continuidades que marcaram o desenvolvimento capitalista dependente desses países, refletindo-se na composição do sistema de dominação, assim como no exercício da hegemonia pelas classes que o integravam.

Destaco, especialmente, a ênfase de Bamberger na articulação entre os interesses das classes dominantes locais e os interesses imperialistas, cujos efeitos se fazem sentir profundamente na capacidade de decisão e de ação das classes dominantes locais, e do Estado dos países dependentes, evidenciando como a dependência ganha concretude e existência real por meio da relação de dominação entre as classes. Ao mesmo tempo, tal formulação explicita o papel subordinado dos Estados dependentes frente aos Estados imperialistas, demonstrando as limitações e restrições a que aqueles Estados estão sujeitos, já que suas decisões políticas estão, em grande medida, condicionadas ao consentimento destes. Tal análise encontra seu maior desenvolvimento em sua obra *El capitalismo dependiente latino-americano*, na qual a autora discute as formas assumidas pelo exercício do poder político e as especificidades do Estado a partir de sua tipologia dos países de tipo A e de tipo B.

Outro aspecto que merece destaque é a concepção de Bamberger sobre a dimensão política da dependência, a qual está associada à sua análise sobre os efeitos da penetração do capital estrangeiro nos países dependentes. Embora tal análise esteja concentrada nos efeitos da fase de integração monopolista nos países latino-americanos, a autora reconhece que desde a independência política daqueles países, tanto o funcionamento do aparelho institucional, quanto os planos políticos das classes dominantes latino-americanas já se ajustavam aos interesses dos países capitalistas desenvolvidos. Segundo a autora, a “dependência política” não se define apenas como uma “[...] imposición de la injerencia extranjera en la vida nacional, sino sobre todo como parte de una situación de dependencia que hace que las tomas de decisiones de las clases dominantes, en función de intereses políticos ‘nacionales’ internos, sean dependientes” (BAMBERGER, 1979 [1972], p. 106). Relacionando tal condição à integração dependente das economias latino-americanas ao sistema capitalista internacional, Bamberger pontua que as classes dominantes desses países não gozaram, em nenhum momento, de efetiva autonomia para dirigir e organizar suas sociedades¹⁵. Dessa maneira, a autora estabelece os nexos existentes entre as dimensões econômica e política da dependência, destacando a centralidade da última para sua preservação:

Si bien es cierto que la dependencia económica es quien hace posible y explica la **dependencia política**, no lo es menos que esta **última constituye el factor de preservación de la situación de dependencia estructural**, que ha sido una constante en la historia de los países latinoamericanos desde el período colonial, aún cuando hayan variado sus formas (BAMBERGER, 1979, p. 106, grifos meus).

Dos escritos de Theotônio dos Santos, gostaria de destacar sua comparação/diferenciação entre as formulações da Comissão Econômica para a América

Latina (CEPAL) e da Teoria Marxista da Dependência, precisamente no que diz respeito à crítica endereçada à concepção cepalina sobre os Estados latino-americanos, que adquire, em razão de sua consequência política, grande relevância para a TMD. Em *Dependencia y cambio social*, Dos Santos, ao sintetizar os principais elementos do modelo de desenvolvimento formulado pela CEPAL, sublinha como quarto ponto:

[...] La creación de un centro nacional de decisiones económicas a través de la conversión de la economía ‘hacia adentro’, la consecuente democratización política por medio del debilitamiento de las oligarquías y el fortalecimiento de las clases medias, y la integración económica de los sectores populares en una sociedad de consumo de masas, todo ello configuraría una sociedad nacional independiente cuya expresión final sería un **Estado nacional independiente. Este Estado no sería liberal sino intervencionista, aunque siempre respetuoso de la iniciativa privada. Tal sería el ‘Estado desarrollista’** (DOS SANTOS, 1973, p. 23-25, grifos meus).

Esse elemento - a internalização dos centros de decisão, ou seja, a conquista por parte das economias “subdesenvolvidas” de uma autonomia sobre as decisões políticas nacionais, descrito pelo autor como um “Estado nacional independente” – constitui uma divergência crucial entre a teoria marxista da dependência e o pensamento cepalino. Face às transformações dessa nova fase do imperialismo, sobretudo a partir de meados da década de 1950, Dos Santos ressalta os impactos que o crescente controle assumido pelo capital estrangeiro no setor industrial latino-americano exerce sobre os Estados latino-americanos:

Este control [...] **destruye paulatinamente las posibilidades de un desarrollo nacional independiente y somete a la sociedad, la opinión pública, la economía y el Estado al control cada vez mayor del capital extranjero.** Frente a esta realidad, el control de la economía se desnacionaliza todavía más” [...] Es indudable que **el creciente control ejercido por el capital extranjero limita, al mismo tiempo, las posibilidades de establecer un Estado nacional independiente.** El Estado, inmerso en una realidad constituida por el poderío de los monopolios extranjeros, formados por empresas internacionales que controlan la tecnología, el capital y las técnicas administrativas, no reúne las condiciones requeridas para oponerse a esa realidad, y termina por ser controlado y dominado por los intereses de tales sectores (DOS SANTOS, 1973, p. 29-30, grifos meus).

É, em ampla medida, justamente a partir desse entendimento acerca do aprofundamento do processo de concentração, centralização e internacionalização do capital, e da agudização da dependência latino-americana que a TMD é forjada e tal reflexão configura, segundo Dos Santos, um dos quatro aspectos fundamentais sobre o qual se erige sua concepção de dependência:

[...] Un tercer aspecto, fundamental para comprender la dependencia, se refiere a la articulación necesaria entre los intereses dominantes en los centros hegemónicos y los que dominan en las sociedades dependientes. La dominación ‘externa’ es impracticable, por principio. La dominación solo es posible cuando halla apoyo en los sectores nacionales que obtienen beneficios de ella. [...] Al señalar la correspondencia necesaria entre los intereses de la dominación y los de los ‘dominadores dominados’ **(de ahí el carácter concreto de las clases dominantes en los países dependientes)** mostramos que, pese a la existencia de conflictos internos entre esos intereses dominantes, estos son intereses fundamentalmente comunes. [...] El concepto de compromiso, o de combinación de los distintos intereses que configuran la situación de dependencia, es un

elemento fundamental para elaborar una teoría de la dependencia (DOS SANTOS, 1973, p. 46, grifos meus).

Nessa passagem vislumbramos um traço distintivo importante do Estado capitalista dependente. Dos Santos, ao chamar atenção para a articulação existente entre os interesses das classes dominantes imperialistas e os interesses das classes “dominantes-dominadas”, dos países dependentes, evidencia que a dependência não se caracteriza por uma dominação externa simplesmente. É precisamente a associação entre aqueles interesses, no seio do Estado dependente, que confere concretude à dependência. Dos Santos retomará, em escritos posteriores, tal característica, incorporando novos elementos. Em 1978, em *La cuestión del fascismo*, Dos Santos indica que é a grande burguesia internacional que detém a hegemonia no bloco no poder, nos Estados latino-americanos, o que, em sua análise, restringiria a soberania e a autonomia de tais Estados. Na edição de 1986 de *Imperialismo y dependencia*, Dos Santos reformula aquela passagem (grifada na citação acima), substituindo a palavra “concreto”, por “específico”¹⁶, ao se referir à correspondência entre os interesses daquelas classes, ressaltando que nisso residiria a particularidade das classes dominantes nos países dependentes. Dessa forma, ainda que não opere com a categoria, o autor considera o caráter dependente dos Estados latino-americanos em suas análises.

As contribuições de Ruy Mauro Marini ao estudo dos Estados latino-americanos estão presentes em diversos de seus escritos, desde seus estudos de caso, especialmente o brasileiro e chileno, nos quais o autor formula suas concepções de subimperialismo, Estado de contrainsurgência, Estado de quarto poder, e analisa com profundidade as relações de poder e dominação que têm lugar nessas realidades, passando por suas elaborações mais gerais sobre a problemática da dependência, até artigos cujo foco residia na temática do Estado efetivamente. Elenco aqui alguns elementos que me parecem essenciais à análise do Estado dependente.

Um primeiro aspecto de sua análise que merece atenção diz respeito à autonomia relativa do Estado em relação às classes dominantes locais, que é discutida pelo autor em seus artigos *El Estado en América Latina* e *Estado y crisis en Brasil*. Neles, Marini tece algumas considerações acerca dessa temática, sublinhando que uma das características das sociedades dependentes é justamente o significativo grau de autonomia relativa do qual gozam seus Estados, o que poderia ser atribuído, na perspectiva do autor, à debilidade das burguesias no exercício da sua dominação de classe (MARINI, 1977a, online). Essa debilidade encontra suas raízes tanto nas especificidades do processo de acumulação nos países dependentes, quanto na integração entre aquelas burguesias e a burguesia internacional. Já a força da qual o Estado dependente se reveste, tem suas bases no processo de superexploração dos trabalhadores que têm lugar no âmbito daquelas economias, expressando-se através de sua capacidade repressiva. Como ressalta o autor, “[...] la dependencia implica un proceso permanente de superexplotación de los trabajadores y, por lo tanto, la existencia de una situación de represión que sólo un Estado fuerte, en el sentido señalado, puede mantener” (MARINI et al., 1975, p. 34-35).

O autor pontua ainda que é o Estado que intermedeia o processo de integração entre as burguesias nativas e as burguesias imperialistas, o que também produz efeitos no grau de sua autonomia relativa. Marini faz referência ao papel cumprido pelo Estado em tal processo em *La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo*, ao relacionar o desenvolvimento da integração dos sistemas de produção ao fortalecimento do Estado nacional nos países dependentes, afirmando que

[...] el capital exportado por los países imperialistas a las zonas dependientes exige allí del Estado nacional una capacidad creciente en materia de obras de infraestructura, defensa del mercado interno, negociaciones financieras y comerciales con el exterior, financiamiento interno y creación de condiciones políticas (en particular en el terreno laboral) favorables a la inversión extranjera (MARINI, 1977b, online).

Na medida em que essa integração não se faz sem contradições, erigindo-se sob a égide de uma cooperação antagônica¹⁷, a burguesia dependente vê-se frente à necessidade de se apoiar no Estado, no sentido de garantir sua preservação, o qual, ao atuar como intermediador, tem sua autonomia relativa aumentada em relação à burguesia nativa, ampliando sua capacidade de ação na economia dependente (MARINI, 1977a).

No caso dos escritos que reúnem um esforço do autor de conceituar e caracterizar as especificidades do processo de acumulação de capital que tem lugar nas formações sociais dependentes - *La acumulación capitalista dependiente y la superexplotación del trabajo* (1981 [1972]); *Dialéctica de la dependencia* (1973); *En torno a Dialéctica de la dependencia* (1973)¹⁸; *Las razones del neodesarrollismo* (1978); *El ciclo del capital en la economía dependiente* (1979a) e *Plusvalía extraordinaria y acumulación de capital* (1979b) - a presença do Estado é significativa em sua análise sobre a industrialização dependente. Frente às contradições próprias do processo de reprodução do capital nas economias dependentes – cisão do ciclo do capital nessas economias, divisão entre esfera alta e baixa de consumo, superexploração da força de trabalho – as soluções encontradas pelas economias dependentes passam, em grande medida, pelos Estados latino-americanos.

É por meio dos gastos públicos do Estado, de seu papel na readequação da estrutura de circulação, transferindo recursos da classe trabalhadora para as camadas média e alta; e da expansão comercial em direção ao mercado externo, direcionando a produção industrial para o exterior, que tais países buscam contrarrestar os limites da industrialização no capitalismo dependente. Já no que tange propriamente aos fundamentos que determinam e originam as relações de dependência, ou seja, em sua argumentação em torno da transferência de valor, do intercâmbio desigual e da superexploração da força de trabalho, identificamos aí uma lacuna, uma vez que o autor não se debruça sobre o papel do Estado nesses processos. Embora Marini não tenha se dedicado a sistematizar tais elementos, sua obra consiste em uma das principais fontes para Jaime Osorio, em suas reflexões sobre o Estado dependente latino-americano, autor que será objeto de análise a partir desse momento.

Jaime Osorio, como já enunciado, representa, na Teoria Marxista da Dependência, a principal referência no debate sobre o Estado, e é responsável por formular as análises mais

sistemáticas acerca dos Estados dependentes latino-americanos. Na medida em que busco me aproximar da categoria de Estado dependente, e avançar em sua construção, valorizarei tal dimensão da obra de Osorio, reconstituindo, ainda que em traços mais gerais, o caminho percorrido pelo autor, em seus escritos, nessa elaboração.

Observando a trajetória intelectual de Osorio, identificamos que o Estado vem assumindo destacada importância em seus escritos nas últimas duas décadas, a partir principalmente da publicação de sua obra *El Estado en el centro de la mundialización*, em 2004, que constitui um marco significativo nesse sentido e da qual partirei para acompanhar seus desenvolvimentos sobre a problemática do Estado dependente. Nessa obra, embora o autor já se remeta a Estados dependentes (OSORIO, 2004, p. 148, 154, 159) e teça considerações a respeito das particularidades dos Estados latino-americanos, tal reflexão não encontra nem o mesmo grau de sistematização, nem a mesma relevância daquela atribuída pelo autor em momentos posteriores, como são os casos por exemplo, da versão em português dessa obra, em 2014, e dos artigos *Sobre o Estado, o poder político e o Estado dependente*, de 2017, e *El Estado de contrainseguridad con coro electoral*, de 2018.

Naquela obra, sua argumentação está centrada na distribuição e no exercício desigual da soberania pelos Estados no sistema mundial capitalista. Analisando a região latino-americana, ainda que o autor chame atenção para os distintos graus de soberania da qual gozaram os Estados das economias de enclave e das economias de controle nacional, ele sustenta que configura [...] uma característica constitutiva de los Estados latinoamericanos y de las regiones dependientes en general: la presencia de soberanías restringidas (OSORIO, 2004, p. 147). Tal restrição, embora impacte de maneira decisiva a capacidade de decisão e a autonomia de tais Estados, não debilita o exercício do poder político por parte das classes dominantes locais, como sublinha o autor:

El ejercicio acotado de la soberanía no ha mermado, sin embargo, el ejercicio de un férreo poder político por parte de las clases dominantes latinoamericanas a fin de impulsar sus proyectos. Ello ha sido posible porque tales proyectos, en tanto clases dominantes en la periferia, mantienen fuertes puntos de confluencia con los intereses de las clases dominantes del mundo central o imperial. De esta forma se realiza la ecuación de una soberanía débil frente a un poder político fuerte (OSORIO, 2004, p. 149).

Já em 2014, com a publicação de *O Estado no centro da mundialização*, no Brasil¹⁹, a reflexão de Osorio sobre os Estados dependentes latino-americanos é ampliada e aprofundada, ganhando, inclusive, um capítulo próprio. Diferentemente do livro anterior, no qual tal discussão aparecia integrada ao capítulo VI, cujo nome era o mesmo do título da obra, *El Estado en el centro de la mundialización*, nessa nova edição, suas formulações sobre o tema estão reunidas no capítulo intitulado *O Estado no capitalismo dependente*. Nesse capítulo o autor não apenas identifica algumas das especificidades que engendram tais Estados, como também os caracteriza atentando para as transformações econômicas e políticas que tiveram lugar na região, enunciando uma periodização a partir do processo de industrialização.

Recuperando a problemática da soberania restringida enquanto elemento estrutural dos Estados do capitalismo dependente, já apresentada em sua obra anterior, Osorio incorpora a tal explanação a definição de tais Estados como **subsoberanos**, que implica, segundo o autor, “[...] a subordinação/associação do capital e das classes dominantes locais frente ao capital e às classes soberanas do mundo desenvolvido e imperialista [...]” (OSORIO, 2014b, p. 206). Como consequência desse processo, o autor chama atenção para o enfraquecimento e a ausência de projetos autônomos de desenvolvimento por parte daquelas classes dominantes, como diagnosticavam Bambirra, Marini e Dos Santos em seus escritos, nas décadas de 1960 e 1970, e com os quais Osorio coincide, ao sublinhar que qualquer projeto político com pretensões soberanas na América Latina deve necessariamente assumir um caráter anti-imperialista, anticapitalista e popular.

Outro traço estruturante dos Estados dependentes latino-americanos reside na modalidade de exploração que sustenta o processo de reprodução capitalista na região, qual seja a superexploração da força de trabalho, por meio da qual tem lugar uma permanente violação do valor da força de trabalho e a conversão de parte do fundo de consumo e de vida dos trabalhadores em fundo de acumulação de capital. Apoiado nas formulações originais de Marini, Osorio afirma que tal processo produtivo produz como efeitos a criação de profundas fraturas sociais, o esgotamento prematuro das/dos trabalhadores, o aprofundamento da miséria e do desemprego, os quais tendem, segundo o autor, a potencializar os enfrentamentos sociais e a luta de classes na região. Nesse sentido, o capitalismo dependente se vale de formas estatais notadamente autoritárias, cuja dimensão coercitiva, constitutiva de todos os Estados capitalistas, expressa-se com maior agudez e recorrência nos Estados dependentes, como mecanismo de contenção dos conflitos sociais. Tal dimensão é sublinhada pelo autor na seguinte passagem:

Assim, a ordem social se torna possível sobre a base de um exercício férreo do poder político, o que requer um Estado no qual os mecanismos coercitivos operam de forma recorrente. Nessas condições, o Estado no capitalismo dependente tem sérios problemas para gerar um sentido de comunidade (OSORIO, 2014b, p. 209).

Ainda nessa obra, Osorio traz aportes à compreensão das distintas configurações dos Estados dependentes latino-americanos, ao caracterizar o Estado desenvolvimentista e o Estado de contrainsurgência, atentando para uma nova matriz estadocêntrica que emergia a partir do neoliberalismo, e que, na segunda edição dessa obra, de 2019, edição revista e ampliada, o autor denominará Estado de segurança do grande capital com verniz eleitoral²⁰ (OSORIO, 2019, p. 232). Embora não pretenda avançar na apresentação da periodização das formas assumidas pelo Estado no capitalismo dependente construída por Osorio²¹, cumpre salientar que ela é determinante para avançarmos na elucidação da categoria Estado dependente, já que através dela o autor capta as transformações históricas pelas quais tais Estados e o próprio capitalismo dependente passaram ao longo do século XX e XXI, evidenciando os nexos que articulam economia e política em uma análise dialética da realidade latino-americana.

Além das referências já mencionadas, faço alusão ainda a dois artigos recentes de Osorio, *Sobre o poder, o poder político e o Estado dependente*, de 2017, e *El Estado de contrainseguridad con coro electoral*, de 2018, nos quais o autor sistematiza as determinações do Estado dependente, reservando uma seção em cada um dos artigos a essa problemática. Identificamos uma nuance importante entre a publicação da obra de 2014 e tais artigos. Enquanto em *O Estado no centro da mundialização* o autor empregava mais comumente a denominação **Estado no capitalismo dependente** ou **Estado do capitalismo dependente**, nos artigos em questão verificamos que o autor passa a utilizar preferencialmente **Estado dependente**. Ainda que o próprio autor não registre tal mudança no corpo de sua reflexão, considero que ela é um indicativo da importância e do amadurecimento que tal temática foi adquirindo em suas obras. Se antes tal discussão se encontrava situada nos marcos de uma caracterização do Estado no capitalismo dependente, mais recentemente Osorio integra o qualitativo dependente logo após “Estado”, o que me permite sugerir que se trataria de uma forma específica do Estado, própria às formações sociais dependentes.

Tendo em vista o arcabouço teórico construído por Bambirra, Marini, Dos Santos e Osorio em suas análises sobre as relações de dependência que marcam as formações sociais latino-americanas, reafirmo e reivindico aqui a categoria **Estado dependente**, como uma categoria explicativa fundamental da Teoria Marxista da Dependência. Nesse sentido, considero que o Estado dependente deve ser entendido enquanto uma forma específica do Estado capitalista²², que abriga em seu interior uma configuração particular do bloco no poder. Assim como as/os autores aqui analisadas/analisados, destaco o papel hegemônico cumprido pelas classes dominantes imperialistas no bloco no poder de tais Estados e seu impacto no exercício do poder político nos países dependentes, o que constitui uma especificidade de tais Estados.

A categoria Estado dependente: uma agenda de pesquisa em construção

Nesse artigo me debrucei sobre as contribuições da Teoria Marxista da Dependência, a partir dos escritos de Vânia Bambirra, Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Jaime Osorio, à análise dos Estados dependentes latino-americanos, com o intuito de sistematizar alguns de seus aportes à categoria Estado dependente. Além dos elementos identificados, que emergem de seus escritos e nos ajudam a caracterizar os Estados de nossa região, considero que há todo um campo bastante vasto a ser desvelado e integrado à análise desse objeto, no âmbito da TMD, sobretudo no que diz respeito às dimensões patriarcal e racista que estruturam tais Estados e as relações de exploração, dominação e opressão na América Latina.

A urgência desses estudos é uma reivindicação que encontra raízes em um movimento muito mais amplo, protagonizado sobretudo pelos movimentos negros, feministas, indígenas, que lutam contra as opressões raciais, patriarcais e étnicas já há séculos. No caso brasileiro, apenas recentemente as denúncias feitas por tais movimentos têm ganhado eco nas universidades. Tais reflexões vêm forjando novas epistemologias, novos olhares e novas práticas.

Nesse sentido, o estudo sobre o Estado latino-americano não pode prescindir de uma abordagem histórica que o situe em um movimento mais amplo de conformação das sociedades latino-americanas, em toda a sua complexidade. Para isso, é necessário que remontemos ao processo de colonização, marcado pelo genocídio dos povos originários, da escravização de negras e negros, despojadas/despojados de seu território, do estupro de mulheres e da violação de seus corpos, já que tais processos conformaram as relações de poder e dominação em nossa região, constituindo as bases sobre as quais se erigiram o capitalismo dependente, sua divisão social do trabalho racializada e generificada, e o próprio Estado dependente.

Mesmo que coincida com Marini (1973), em sua diferenciação entre situação colonial e situação de dependência, tendo em vista que a relação entre metrópole e colônia é de natureza distinta daquela entre Estados nacionais e que a dependência latino-americana se constitui somente com a independência política formal daqueles países, ressalto que a compreensão das relações de dependência passa necessariamente e de maneira incontornável pela análise das condicionantes que o colonialismo nos impôs.

A análise do Estado dependente na América Latina requer que identifiquemos o processo de integração da região ao mercado capitalista mundial e o papel por ela cumprido na divisão internacional do trabalho e na política mundial, destacando o caráter dependente e subordinado de tais Estados frente aos Estados imperialistas, revelando, como fizeram as/os autores da TMD, o processo de transferência de valor e a superexploração da força de trabalho que fundamentam sua dependência, mas também, que nos empenhemos, com a mesma força, em desvelar como se construiu a estrutura de classes em nossa região, quem são os setores das classes trabalhadoras mais superexploradas/superexplorados, como se articulam e sobre quais bases se assentam as relações de dominação, opressão e subordinação nessas sociedades, sobre quem recai com mais força a estrutura repressiva do Estado, sobre o acesso desigual aos direitos civis, políticos e sociais e ao sistema jurídico.

Tendo isso em vista, enfatizo o caráter racista e patriarcal do Estado dependente na nossa região, dimensões que se encontram indissociadas de seu caráter classista burguês. Ao remontarmos ao colonialismo, ao patriarcado e ao processo de escravização e racialização que marcaram nossas sociedades, lançamos luz sobre o papel cumprido pelo trabalho reprodutivo na superexploração da força de trabalho, à divisão racial e sexual do trabalho, às políticas de genocídio dos povos originários e da população negra perpetradas pelo Estado, ao controle sistemático pelo Estado do corpo das mulheres, tão funcionais à reprodução do capitalismo dependente latino-americano. Esses e outros elementos são urgentes para a TMD e para a luta popular em nossa Matria Grande.

Nesse caminho, é importante reunirmos o que já se produziu no campo da Teoria Marxista da Dependência, como os escritos de Vânia Bambirra sobre a luta pela emancipação das mulheres, bem como reflexões recentes das novas gerações de estudiosas/estudiosos da TMD, que vêm debatendo patriarcado, racismo e dependência, como são os casos de Agostina Constatino, Ana Luiza Almeida Passos, Ana Paula Ornellas Mauriel, Camila Carduz Rocha, Cristiane Luiza Sabino de Souza,

Gustavo Fagundes, Jones Manoel, Layra Fabian Borba Rodrigues, Marcela Soares, Maria Josefina Mastropaolo, Marina Machado Gouvêa, Marina Magalhães Moreira, Mario Soares Neto, Mayara Aparecida Gomes, Mirella Farias Rocha, Patricia Laterra, Roberta Traspadini, Sandra Maria Marinho Siqueira, Stella Montiel da Silva, entre outras/outros, que ainda precisamos conhecer.

Ao mesmo tempo, é essencial recuperarmos as contribuições de referências como Lélia Gonzalez, Heleieth Saffioti, Sueli Carneiro, Franz Fanon, Clóvis Moura, Cyril Lionel Robert James, além de muitas/muitos outras/outros autores, que, com seus relevantes aportes, permitem que avancemos em nosso entendimento sobre as determinações do capitalismo e do Estado dependente latino-americano, e, mais do que isso, que identifiquemos as lutas que devemos travar para a superação das relações de exploração, dominação e opressão em nossa região.

Referências:

BAMBIRRA, Vânia. **El capitalismo dependiente latinoamericano**. 6. ed. México, D.F.: Siglo veintiuno, 1979 [1972]. [Ed. bras.: BAMBIRRA, Vânia. **O capitalismo dependente latino-americano**. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2013.]

BAMBIRRA, Vânia. **A teoria marxista da transição e a prática socialista**. Brasília: Edunb, 1993.

BAMBIRRA, Vânia. **Quem domina o Estado no Brasil?** (Datilografado, s.d.). Disponível em: https://www.ufrgs.br/vaniabambirra/outrosescritos_12/. Acesso em 25 de fevereiro de 2024.

BAMBIRRA, Vânia; DOS SANTOS, Theotônio. **La estrategia y la táctica socialistas de Marx y Engels a Lenin**. Tomo 1. México, D.F.: Era, 1980.

DOS SANTOS, Theotônio. **Dependencia y cambio social**. Santiago, Chile: CESO, 1973.

DOS SANTOS, Theotônio. **Imperialismo y dependencia**. Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho, 2011 [1978].

DOS SANTOS, Theotônio. Tendencias del capitalismo contemporáneo. In: DEL VALLE RIVERA, Carmen e VILLAZUL, Sergio Javier Jasso (compiladores). **Obras reunidas de Theotônio dos Santos** [libro electrónico]. Tomo II. México: Instituto de Investigaciones Económicas, Universidad Autónoma de México, 2015a [1973]. Disponível em: https://pensalatitec.iiec.unam.mx/sites/pensalatitec.iiec.unam.mx/files/2019-05/theotonio_Tomo_II.pdf. Acesso em: 25 de fevereiro de 2024.

DOS SANTOS, Theotônio. Del terror a la esperanza. Auge y decadencia del neoliberalismo. In: DEL VALLE RIVERA, Carmen e VILLAZUL, Sergio Javier Jasso (compiladores). **Obras reunidas de Theotônio dos Santos** [libro electrónico]. Tomo III. México: Instituto de Investigaciones Económicas, Universidad Autónoma de México, 2015b [2007]. Disponível em: https://pensalatitec.iiec.unam.mx/sites/pensalatitec.iiec.unam.mx/files/2019-05/theotonio_Tomo_III.pdf. Acesso em: 25 de fevereiro de 2024. [Ed. bras.: DOS SANTOS, Theotônio. **Do terror à esperança: auge e declínio do neoliberalismo**. São Paulo: Ideias e letras, 2004.]

DOS SANTOS et al. La cuestión del fascismo en América Latina. **Cuadernos Políticos**, n. 18, p. 13-34, octubre-diciembre, 1978. Disponível em: <https://marini-escritos.unam.mx/wp-content/uploads/1978/10/4-La-cuestio%CC%81n-del-fascismo-en-Ame%CC%81rica-Latina.pdf>. Acesso em: 25 de fevereiro de 2024.

ENGELS, Friedrich. **Anti-Dühring**. São Paulo: Boitempo, 2015 [1878].

LÊNIN, Vladimir I. **Obras completas**. Moscou: Progreso, 1981 [1955-1965].

- LÊNIN, Vladimir I. **O Estado e a Revolução**. Porto: Firmeza, 1974 [1917].
- LÊNIN, Vladimir I. **Imperialismo: fase superior do capitalismo**. São Paulo: Global, 1982 [1917].
- LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma ou revolução**. São Paulo: Global, 1990 [1900].
- MARINI, Ruy Mauro. **El reformismo y la contrarrevolución. Estudios sobre Chile**. México, D.F.: Era, 1976. [Ed. bras.: MARINI, Ruy Mauro. **O reformismo e a contrarrevolução. Estudos sobre o Chile**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.]
- MARINI, Ruy Mauro. Estado y crisis en Brasil. **Cuadernos Políticos**, n. 13, Ediciones Era, México, p. 76-84, julio-septiembre, 1977a. Disponível em: <https://marini-escritos.unam.mx/wp-content/uploads/2022/01/33-Estado-y-crisis-en-Brasil.pdf>. Acesso em: 25 de fevereiro de 2024. [Ed. bras.: MARINI, Ruy Mauro. Estado e crise no Brasil. **Lavra palavra**, 2021. Disponível em: <https://lavrpalavra.com/2021/07/07/estado-e-crise-no-brasil/>. Acesso em: 10 de julho de 2024.]
- MARINI, Ruy Mauro. La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo. **Cuadernos Políticos**, n. 12, Ediciones Era, México, abril-junio, 1977b. Disponível em: <https://marini-escritos.unam.mx/?p=1294>. Acesso em: 25 de fevereiro de 2024. [Ed. bras.: MARINI, Ruy Mauro. A acumulação capitalista mundial e o subimperialismo. **Outubro**, v. 1, n. 20, p. 32-70, 2012. Semestral. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marini/1977/06/40.pdf>. Acesso em: 10 de julho de 2024.]
- MARINI, Ruy Mauro. **Subdesarrollo y revolución en América Latina**. 8. ed. México, D.F.: Siglo veintiuno, 1977c [1969]. [Ed. bras.: MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e revolução**. Florianópolis: Insular, 2012.]
- MARINI, Ruy Mauro. Cambios en el “modelo”: la economía brasileña se hace más excluyente. **El Universal**, 19 de abril de 1978. Disponível em: <https://marini-escritos.unam.mx/?p=762>. Acesso em: 25 de fevereiro de 2024.
- MARINI, Ruy Mauro. El ciclo del capital en la economía dependiente. In: OSWALD, Úrsula (coord.). **Mercado y dependencia**. México D.F.: Nueva Imagen, 1979a. Disponível em: <https://marini-escritos.unam.mx/wp-content/uploads/2022/01/38-El-ciclo-del-capital-.pdf>. Acesso em: 25 de fevereiro de 2024.
- MARINI, Ruy Mauro. Plusvalía extraordinaria y acumulación de capital. **Cuadernos Políticos**, n. 20, Ediciones Era, México, p. 18-39, abril-junio, 1979b. Disponível em: <http://www.cuadernospoliticos.unam.mx/cuadernos/contenido/CP.20/CP20.4.RuyMauro.pdf>. Acesso em: 25 de fevereiro de 2024. [Ed. bras.: MARINI, Ruy Mauro. Mais-valia extraordinária e acumulação de capital. **Reoriente**, v. 2, n.2, jul/dez, 2022. DOI: 10.54833/issn2764-104X.v2i2p11-46. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/reoriente/article/view/57495/32508>. Acesso em: 10 de julho de 2024.]
- MARINI, Ruy Mauro. Fuerzas armadas y gran capital. **Cuadernos de Marcha**, n. 9, p. 5-9, septiembre-octubre, 1980.
- MARINI, Ruy Mauro. La acumulación capitalista dependiente y la superexplotación del trabajo. Intervención en el Encuentro de Economistas Latinoamericanos e Italianos, Roma, septiembre 1972. Publicado en 1973 por el Centro de Estudios Socioeconómicos (CESO) de la Universidad de Chile. Reimpresión del Comité de Publicaciones de los Alumnos de la ENAH, México, 1974; cotejado con la versión publicada por el Centro de Estudios Latinoamericanos (CELA) “Justo Arosemena”, **Cuaderno Universitario**, n. 2, Panamá, septiembre, 1981. Disponível em: <https://marini-escritos.unam.mx/wp-content/uploads/1972/09/21-La-acumulacio%CC%81n-capitalista-dependiente.pdf>. Acesso em: 25 de fevereiro de 2024.
- MARINI, Ruy Mauro. Sobre el patrón de reproducción de capital en Chile. **Cuadernos CIDAMO**, n. 7, México, 1982. Disponível em: <https://marini-escritos.unam.mx/wp-content/uploads/1982/08/47-Sobre-el-patro%CC%81n-de-reproduccio%CC%81n-de-capital-en-Chile.pdf>. Acesso em: 25 de fevereiro de 2024.

- MARINI, Ruy Mauro. **América Latina: dependência e integração**. São Paulo: Página aberta, 1992.
- MARINI, Ruy Mauro. **Dialéctica de la dependencia**. Era: México, 1973. Disponível em: <https://marini-escritos.unam.mx/wp-content/uploads/1973/01/Diale%CC%81ctica-de-la-dependencia.pdf>. Acesso em: 25 de fevereiro de 2024. [Ed. bras.: MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (org.). **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.]
- MARINI, Ruy Mauro. Las razones del neodesarrollismo (Respuesta a F. H. Cardoso y J. Serra). **Revista Mexicana de Sociología**, vol. 40, p. 57-106, 1978. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3539683>. Acesso em: 24 de fevereiro de 2024. [Ed. bras.: MARINI, Ruy Mauro. **As razões do neodesenvolvimentismo**. In: SADER, Emir (org.). **Dialética da dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini**. Petrópolis: Vozes, 2000.]
- MARINI et al. El Estado en América Latina (mesa redonda). **Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales**, n. 82, p. 9-47, octubre-diciembre, 1975.
- MARINI et al. La cuestión del fascismo en América Latina. **Cuadernos Políticos**, n. 18, p. 13-34, octubre-diciembre de 1978. Disponível em: <https://marini-escritos.unam.mx/wp-content/uploads/1978/10/4-La-cuestio%CC%81n-del-fascismo-en-Ame%CC%81rica-Latina.pdf>. Acesso em: 25 de fevereiro de 2024.
- MARX, Karl. **Crítica do programa de Gotha**. São Paulo: Boitempo, 2012 [1875].
- OSORIO, Jaime. Chile: Estado y dominación. **Cuadernos Políticos**, número 36, ediciones Era, México, D.F., abril-junio 1983, p. 73-86. Disponível em: <http://www.cuadernospoliticos.unam.mx/cuadernos/contenido/CP.36/CP.36.8.JaimeOsorio.pdf>. Acesso em: 25 de fevereiro de 2024.
- OSORIO, Jaime. **El Estado en el centro de la mundialización**. México, D.F.: Fondo de cultura económica, 2004.
- OSORIO, Jaime. **Explotación redoblada y actualidad de la revolución: refundación societal, rearticulación popular y nuevo autoritarismo**. México, D.F.: Itaca, 2009.
- OSORIO, Jaime. **Estado, biopoder, exclusión: Análisis desde la lógica del capital**. Barcelona: Anthropos Editorial; México: Universidad Autónoma Metropolitana, Unidad Xochimilco, 2012.
- OSORIO, Jaime. **Estado, reproducción del capital y lucha de clases**. México, D.F.: Universidad Nacional Autónoma de México, Instituto de Investigaciones Económicas, 2014a.
- OSORIO, Jaime. **O Estado no centro da mundialização**. São Paulo: Outras Expressões, 2014b.
- OSORIO, Jaime. Sobre o Estado, o poder político e o Estado dependente. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 17, n. 34, jul./dez. 2017a. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/17820/pdf_1. Acesso em: 25 de fevereiro de 2024.
- OSORIO, Jaime. Capitalismo, Estado y sistema mundial: contradicciones económicas y políticas. **Crítica Marxista**, n. 44, p. 73-85, 2017b. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo2017_10_01_17_50_43.pdf. Acesso em: 25 de fevereiro de 2024.
- OSORIO, Jaime. El Estado de contrainseguridad con coro electoral. **Argumentos**, n. 86, enero-abril 2018, p. 59-82. Disponível em: <https://argumentos.xoc.uam.mx/index.php/argumentos/article/view/5/4>. Acesso em 25 de fevereiro de 2024. [Ed. bras.: OSORIO, Jaime. **O Estado de contrainsegurança com coro eleitoral na América Latina**. **Observatório do Estado Latino-americano**, 2020. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/odela/2020/09/07/o-estado-de-contrainseguranca-com-coro-eleitoral-na-america-latina/>. Acesso em: 11 de julho de 2024.]

OSORIO, Jaime. **O Estado no centro da mundialização**. Edição revista e ampliada. São Paulo: Outras Expressões, 2019.

POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1977 [1968].

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o Poder, o Socialismo**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980 [1978].

Notas

¹ Doutora em Ciência Política (Unicamp). Professora Adjunta do curso de Ciência Política e Sociologia - Sociedade, Estado e Política na América Latina (Unila). Coordenadora do Grupo de Estudos Marxismo e Política (Unila), cadastrado no diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1512604857961391>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7051-0119>. E-mail: maira.bichir@unila.edu.br.

² No presente artigo optei por recorrer às obras de Vânia Bambirra, Theotônio dos Santos, Ruy Mauro Marini e Jaime Osorio em suas versões originais, seja em espanhol ou português, para preservar o sentido atribuído pelas/pelos autores aos seus escritos. Entretanto, seguindo a sugestão das/dos pareceristas e editores da revista, nas referências bibliográficas indiquei as edições brasileiras disponíveis ao público.

³ Quando me refiro à América Latina, ou a Estados ou países latino-americanos, estou considerando a América do Sul, a América Central, o México e o Caribe.

⁴ Tendo em vista o papel do Estado capitalista enquanto regulador da propriedade privada e do trabalho assalariado, por meio do direito burguês, e de seu poder especial de repressão, garantido por sua estrutura militar permanente, Lênin chama atenção para a necessidade de uma revolução violenta pela classe operária, sem a qual não seria possível a substituição do Estado burguês pelo Estado proletário. O autor discute tanto o socialismo, momento de transição em que o Estado, sob a ditadura do proletariado, ainda se faria necessário, para proteger a propriedade comum dos meios de produção, a igualdade do trabalho e a igualdade na repartição dos produtos, quanto o comunismo, fase em que este Estado começaria a se tornar supérfluo e definharia, visto que não mais existiriam classes sociais. Tratar-se ia de um longo e complexo processo, no qual o proletariado, organizado em classe dominante, destruiria o Estado burguês, substituindo-o por um Estado proletário. Inicialmente, alguns vestígios do capitalismo, como é o caso do direito burguês, subsistiriam, no entanto, à medida que as funções de poder do Estado passassem a ser exercidas pelo conjunto do povo, tal poder se tornaria cada vez menos necessário (LÊNIN, 1974).

⁵ Cabe ressaltar que a temática da transição socialista já ocupara destacada importância em sua obra, em seu estudo sistemático do processo revolucionário cubano, em *La revolución cubana: una reinterpretación*, de 1973.

⁶ Como indicado no prólogo dessa obra, o primeiro tomo, dividido em duas partes, *La estrategia y la táctica socialistas en Marx y Engels* e *Cuestiones estratégico-tácticas de la II Internacional*, é de autoria de Theotônio dos Santos, e o segundo tomo - *La lucha por el poder e Defensa, consolidación y proyección del poder revolucionario* -, de Vânia Bambirra.

⁷ Os programas das disciplinas referidas estão disponíveis no sítio eletrônico “Ruy Mauro Marini – Escritos”, na seguinte página: http://www.marini-escritos.unam.mx/007_cursos_marini.html.

⁸ O autor utiliza o conceito de bloco no poder nos seguintes escritos: MARINI, 1978; 1980; 1982; 1992; MARINI et al., 1978.

⁹ A discussão sobre a autonomia relativa do Estado na obra de Marini pode ser encontrada em: MARINI et al., 1975; MARINI, 1977a. Bambirra, por sua vez, também emprega o conceito de autonomia relativa ao se referir à relação das classes dominantes latino-americanas frente ao imperialismo e ao estabelecer uma interlocução crítica com Francisco Weffort a respeito de sua análise sobre o Estado em sua caracterização do populismo no Brasil (BAMBIRRA, 1979 [1972]).

¹⁰ De acordo com Poulantzas (1977 [1968]), o direito capitalista seria responsável por produzir um efeito de isolamento nos agentes da produção, ao atribuir-lhes a condição de “sujeitos jurídicos”, de “indivíduos-pessoas políticos”, ocultando-lhes, na sua luta econômica, as relações de classe nas quais encontram-se inscritos.

¹¹ Embora Osorio recorra a diversas categorias desenvolvidas por Poulantzas, em *Poder Político e Classes Sociais* (1977), o autor identifica como problemática a autonomização da esfera política presente nessa fase da produção teórica poulantziana, também evidente nas formulações de Louis Althusser. A crítica à corrente “politicista”, denominada por Osorio, pode ser observada na seguinte passagem: “Aqui o político se delimita e ganha tamanha autonomia que perde qualquer vinculação com os movimentos da reprodução do capital e da exploração, impedindo a recuperação da análise integrada da sociedade capitalista e a compreensão dos próprios

processos políticos, na medida em que restringe os elementos para a reflexão da complexidade societária. No fundo, esta corrente acaba não assumindo como problema a separação que a sociedade capitalista estabelece entre o econômico e o político” (Osorio, 2014b, p. 26). É por essa razão que a concepção de Osorio de Estado guarda maior relação com a concepção relacional de Estado poulantziana, de *O Estado, o Poder, o Socialismo* (1980).

¹² Essa definição de dos Santos é incorporada por Bambirra, em sua obra *El capitalismo dependiente latinoamericano* (1979 [1972]).

¹³ Theotônio dos Santos discute a relação entre a teoria do imperialismo e a teoria da dependência, demarcando as particularidades da última: “El estudio del desarrollo del capitalismo en los centros hegemónicos originó la teoría del colonialismo y [d]el imperialismo. [...] Pese a que la dependencia debe ser situada en el contexto global de la teoría del imperialismo, ella tiene su propia realidad, que constituye una legalidad concreta dentro del proceso global y que actúa sobre él de esa manera concreta. Comprender la dependencia, conceptuándola y estudiando sus mecanismos y su legalidad histórica, significa, no solo ampliar la teoría del imperialismo, sino también contribuir a su reformulación” (DOS SANTOS, 1973, p. 38).

¹⁴ No caso de Ruy Mauro Marini, embora o autor não se ocupe propriamente de formular uma definição, ele faz uso do adjetivo dependente para qualificar os Estados latino-americanos em dois de seus escritos. Em *El Estado en América Latina*: “Sin embargo, por mucho que esto nos permita entender ciertas particularidades del **Estado dependiente latinoamericano**, no nos debe inducir a confusiones, como el que suscita el concepto de ‘burguesía de Estado’, que vienen aplicando para Latinoamérica algunos estudiosos” (MARINI et al., 1975, p. 35, grifos meus). E em *Estado y crisis en Brasil*: “Finalmente, en la medida en que la situación que acabamos de indicar implica que el **Estado dependiente** se encuentra referido también a la burguesía imperialista, las contradicciones que se establecen en el seno de ésta operan en el sentido de ampliar su autonomía relativa, ahora en relación a la misma burguesía imperialista” (MARINI, 1977a, online, grifos meus). Theotônio dos Santos se remete ao Estado dependente nessa passagem, em *Imperialismo y dependencia*: “Este es pues uno de los secretos de la actual economía internacional: los **Estados** nacionales, imperialistas o **dependientes** se ocupan de financiar, bien por mecanismos de extorsión fiscal, bien por mecanismos inflacionarios (déficit presupuestario), los movimientos comerciales y financieros del gran capital internacional” (DOS SANTOS, 2011 [1978], p. 396, grifos meus).

¹⁵ Isso não significa, entretanto, que a autora ignore a existência de um grau de autonomia relativa dessas classes frente ao imperialismo. Segundo a autora, os momentos em que tal autonomia relativa se manifesta estão relacionados, sobretudo, a períodos de crise aguda, os quais geralmente são acompanhados de uma ofensiva dos movimentos populares, nos quais as burguesias dependentes “[...] necesitan implementar toda una serie de medidas políticas y de política económica con el objeto de superar dichas crisis y de expandir y hacer más efectiva su dominación” (BAMBIRRA, 1979, p. 108).

¹⁶ Embora utilize a edição de 2011 de *Imperialismo y dependencia*, realizei o cotejamento com a quarta edição, de 1986. Não tive acesso à primeira edição de 1978.

¹⁷ Marini emprega o conceito de cooperação antagônica, formulado pelo marxista alemão August Thalheimer, para definir, em *Subdesarrollo y revolución* (1977c [1969]), o caráter assumido pela relação entre a burguesia dos países dependentes latino-americanos e o imperialismo na fase de integração imperialista, evidenciando a existência de diferenciações e mesmo oposições de interesses entre aquelas burguesias e as burguesias imperialistas. Tal conceito assumirá, ademais, grande importância em sua formulação acerca do subimperialismo.

¹⁸ Trata-se do post-scriptum de Marini à obra *Dialéctica de la dependencia*, o qual está incluído na 1ª edição da editora Era, de 1973.

¹⁹ Cumpre salientar que a edição brasileira conta com diversas alterações introduzidas pelo autor à obra original, as quais estão descritas em sua introdução. Consultar: OSORIO, 2014b.

²⁰ A denominação original de Osorio, na língua espanhola, é *Estado de conrainseguridad con coro electoral*, a qual é discutida com profundidade em seu artigo homônimo. Consultar: OSORIO, 2018.

²¹ Uma análise detida sobre a periodização construída por Osorio sobre os Estados dependentes latino-americanos demandaria um artigo dedicado especificamente ao pensamento desse autor.

²² Recorro à distinção realizada por Nicos Poulantzas entre tipos e formas de Estado. Ver: POULANTZAS, 1977.

Recebido em: 27 de fev. 2024

Aprovado em: 12 de jul. 2024